

A DUPLA DOMINAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA EM O ALEGRE CANTO DA PERDIZ DE PAULINA CHIZIANE

Renata Flavia da Silva*
Mariana Motta Campinho Cardoso**

RESUMO: A partir da análise da obra *O alegre canto da perdiz* (2008), da escritora Paulina Chiziane, este artigo propõe uma reflexão acerca de algumas das possibilidades identitárias da mulher moçambicana, tendo em vista a dominação masculina. A família de Serafina, Delfina e Maria das Dores é o eixo em torno do qual se constrói o universo diegético. A obra é conduzida, pois, por mãos femininas, quer na própria urdidura do texto, quer nas ações do enredo, quer no papel de progenitora de uma geração que se pretende *descolonial*.

Palavras-chave: Literatura moçambicana. Colonialismo. Autoria feminina.

Considerações iniciais

Considerada pioneira no gênero romance de autoria feminina em Moçambique, Paulina Chiziane tem no seu *Balada de amor ao vento*, publicado em 1990 pela Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), o início do que será um árduo trabalho no âmbito literário. Consideramos aqui, pois, o fato de que Chiziane tem pertencas nada favoráveis na sociedade em que vive, sendo mulher e escritora, e em um mundo ainda bastante marcado pelo racismo, sendo negra – isso para citar apenas algumas facetas da identidade que se refletirá em sua obra.

A autora nasceu em Manjacaze, distrito pertencente à província de Gaza e cresceu nos subúrbios de Maputo, hoje capital de Moçambique. Chiziane desenvolveu-se no seio de uma família protestante em que se falavam as línguas Chope e Ronga e, já moça, aprendeu a língua portuguesa na escola de uma missão católica. É nessa última língua que a autora inaugurará a ficção feminina em seu país.

Chiziane participou da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), partido criado na época da luta de libertação nacional. Mais tarde deixou o partido em razão de uma desilusão com a política, sentimento muito frequente naqueles contextos pós-guerras anticoloniais. A autora iniciou então a sua vida literária, ao publicar contos na imprensa moçambicana e, depois, ao lançar o seu primeiro romance.

No ensaio intitulado “Eu, mulher... por uma nova visão do mundo” (2013), Chiziane discorre sobre as dificuldades encontradas por ela durante sua vida, na busca por um espaço onde pudesse falar e ser ouvida. Desde menina, tem os seus desejos cerceados por pessoas reprodutoras de ideologias patriarcais, o que não significa dizer que o faziam de forma consciente.

Paulina Chiziane quis ser pintora, mas desistiu porque, segundo a autora, essa é uma atividade marginalizada em seu grupo social: “Eu estava a ser educada para ser uma boa mãe e esposa. Recalcaram o meu sonho e não o fizeram por mal, queriam apenas proteger-me porque se preocupavam com o meu destino” (CHIZIANE, 2013, p. 202). Tornou-se então

* Doutora em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolveu estágio de pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com bolsa CAPES. Professor Associado I de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense. E-mail: renataflaviadasilva@gmail.com

** Graduada em Letras: Português/Literaturas e Mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi bolsista do Programa de Intercâmbio Institucional da mesma Universidade, por meio do qual estudou por um período de 6 meses na Universidade de Coimbra (UC), em Portugal. Foi bolsista CNPq durante o mestrado. E-mail: mcardoso@id.uff.br

escritora, ainda que esse papel também não seja muito valorizado, especialmente quando desempenhado por uma mulher.

Embora Chiziane tenha se visto diante de muitas dificuldades, segundo ela não há nada de excepcional em sua luta ou nada que outras mulheres não tenham enfrentado e não enfrentem dia após dia. A autora ressalta seus desafios para demonstrar às outras mulheres que há meios de resistência: “com as minhas mãos, afasto pouco a pouco os obstáculos que me cercam e construo um novo caminho na esperança de que, num futuro não muito distante, as mulheres conquistarão maior compreensão e liberdade para a realização dos seus desejos” (CHIZIANE, 2013, p. 204).

Essa consciência de que os “obstáculos” são muito maiores quando se é mulher ditará as temáticas de toda a obra de Chiziane. Em quase três décadas de publicações, a autora aborda as relações de gênero de forma muito explícita, mas articuladas com outras temáticas que são pertinentes à literatura de Moçambique em geral, feita também pelos homens.

História, memória e guerra, temas caros aos escritores africanos de língua portuguesa, também são retratados nas páginas de Chiziane. Sempre, porém, a partir da visão feminina ou, ainda, partindo de uma concepção do que seja a mulher moçambicana e a sua relação com os eventos históricos. Aliás, a autora parte da concepção do que sejam as mulheres desse país, no plural. Há etnias diversas em Moçambique e por isso nem sempre, ou quase nunca, os modos de viver coincidirão.

Todavia, o que a autora faz é ressaltar como a dominação masculina – e agora é necessário apropriarmo-nos do conceito de Pierre Bourdieu (2017), um dos autores que fundamentarão o presente artigo – está incrustada de maneira tão profunda naquela sociedade. Por conta dessa dominação somada à colonização, as mulheres têm muitos desafios, em todas as regiões do país e, em diferentes proporções, é claro, em todas as classes sociais.

Paulina Chiziane se ocupa dessa questão embora não goste de se rotular como feminista. Em várias entrevistas, a autora dispensava tal rótulo e se justificava dizendo que sua obra é mais que isso e que não caberia limitá-la. Porém, em abril de 2017, em uma palestra na Universidade Federal Fluminense, quando perguntada por que não considera a sua obra feminista, já que trata de temas pertinentes à condição feminina, a autora respondeu dizendo que dispensa o termo apenas para ser lida por qualquer pessoa e não só por aquelas sensíveis ao tema. Chiziane faz um recorte, portanto, de modo intencional e, como estratégia, nega os rótulos.

O que nos interessa, entretanto, é o recorte que Chiziane faz em *O alegre canto da perdiz*, quinto romance da autora, publicado em 2008 pela Editora Caminho. O enredo aborda temáticas que permeiam toda a sua obra: a condição da mulher, papéis sociais de gênero, organização familiar, etc. Tudo isso para “resgatar dos silêncios da História as narrativas de vida e de identidade das mulheres” (KHAN, 2003, p. 204), segundo afirma a pesquisadora Sheila Khan, em artigo intitulado “Pedir licença na terra que é nossa. A miséria da colonialidade em *O alegre canto da perdiz*”.

Nesse romance, Chiziane remonta ao passado histórico para retratar três gerações de uma família que fora completamente fragmentada pela colonização, família a qual pode ser lida como microcosmo do país. A autora resgata as tensões e conflitos presentes naquele espaço, no período compreendido entre pré e pós-independência.

Três mulheres muito diferentes, embora sejam da mesma família, protagonizam a narrativa e figuram o que Gayatri Chakravorty Spivak vai classificar como obscuridade do lugar da mulher negra, em *Pode o subalterno falar?* (2010). Se a mulher ocupa um espaço marginal, para a mulher negra, colonizada, esse lugar será ainda mais sombrio, pois, somada à pertença de gênero, há a pertença racial.

Este artigo traçará primeiro uma análise do romance segundo os pressupostos de Pierre Bourdieu (2017) e Spivak (2010) ao pensarem, respectivamente, a dominação masculina e a

subalternidade da mulher. Para pensar as relações e desigualdades de gênero, servirá de apoio o que diz a teórica Simone de Beauvoir (2016). Em um segundo momento, será a vez de verificar as pertencas das personagens à luz da teoria de Hommi Bhabha (1998). Tudo isso para sustentar a afirmação de que embora as personagens sejam tão diferentes entre si, elas têm em comum um aspecto fundamental: todas estão sujeitas à dominação de seu ser (africano) e de seu gênero (feminino).

Dupla dominação

O sociólogo francês Pierre Bourdieu parte de seu estudo da sociedade Cabila, da Argélia, feito no início dos anos 1960, para compor a sua obra *A dominação masculina, A condição feminina e a violência simbólica* (2017). Embora não possamos falar de uma África, mas de Áfricas, no plural, a sociedade Cabila tem em comum com Moçambique o evento da colonização. Por isso, os pressupostos de Bourdieu nos servem de base para pensar as relações de gênero e para verificar como isso é retratado na literatura de Chiziane.

E, ainda que não houvesse esse fato afim entre Moçambique e Argélia, Bourdieu, considera que o que foi observado nesse último país fornece instrumentos para a compreensão de alguns aspectos dissimulados nas relações de gênero até das sociedades contemporâneas mais avançadas economicamente.

Em relação à violência nas relações de gênero, Bourdieu pontua que há a explícita (física ou verbal, ou seja, mais identificável) e a simbólica, essa no nível do pensamento e da linguagem. Para o autor, essa última seria a mais complexa, a mais difícil de ser combatida, pois é tácita e, por consequência, desconhecida, na maioria das vezes. O autor aponta a dominação masculina como exemplo da submissão paradoxal, resultante daquilo que ele chama de:

violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2017, p. 12).

Bourdieu define como dominação masculina, então, a manutenção de um poder que se mascara nas relações e que está enraizado no pensamento social. As significações arbitrárias da visão androcêntrica¹ são impostas como legítimas com base, principalmente, na biologia. Segundo o autor, as sociedades internalizaram a premissa de que há uma predisposição para a submissão na natureza feminina. O pressuposto de Bourdieu, porém, é que tudo se dá no âmbito social, ou seja, não se trata de uma condição natural, mas de uma condição naturalizada.

Paulina Chiziane tem consciência dessa dominação silenciosa e profunda quando se refere aos mitos fundadores de sua cultura no ensaio já citado anteriormente:

Os problemas da mulher surgem desde o princípio da vida, de acordo com as diversas mitologias sobre a criação do mundo. Na mitologia bantu, depois da criação do homem e da mulher, não houve maldição nem pecado original. Mas foi o homem que surgiu primeiro, ganhando, deste modo, uma posição hierarquicamente superior, que lhe permite ser governador dos destinos da mulher. Isto significa que a difícil situação da mulher foi criada por Deus e aceite pelos homens no princípio do mundo. As diversas mitologias não são mais do que ideologias ditadas pelo poder sob a máscara da criação divina (CHIZIANE, 2013, p. 199).

Tal consciência se revelará também na obra escolhida para o presente estudo, através das personagens Serafina, Delfina e Maria das Dores. Essas representam as três gerações de

uma família que viu acontecer a colonização, a independência do país, a liberdade do povo – ou algo que se pretendia liberdade – e assistiu, portanto, a muitas das mudanças que resultaram na sociedade moçambicana atual.

Trata-se da história da família de Serafina, uma matriarca casada com um negro africano na época da colonização. Quem nos conta essa história é o narrador, com o olhar crítico dos dias atuais, e as personagens que reproduzem pensamentos e discursos da época. É, dessa forma, um romance em que se pode perceber a subjetividade de cada um, são vários pontos de vista articulados na mesma narrativa.

A personagem que abre o romance é Maria das Dores, neta de Serafina. Ela surge na primeira cena e está como o leitor, sem saber ainda o que houve: “a memória da mulher empacou na areia do tempo” (CHIZIANE, 2008, p. 55). A personagem, que é considerada louca pela sociedade, acredita que permanece no momento em que se separou de seus filhos, o que faz mais de vinte e cinco anos.

A narrativa culminará na tomada de consciência dessa personagem e no encontro alegórico² de sua família que esteve separada ao longo desses anos. A história é contada de modo não linear. É, portanto, ao longo das páginas do romance que encontraremos as explicações para a situação em que se encontra Maria das Dores e sobre o que aconteceu com as outras pessoas da família.

Em capítulos posteriores, por meio de uma analepse, conhecemos Serafina, a tal matriarca que vê na filha Delfina a oportunidade de conquistar alguns benefícios como bacalhau e vinho. A filha aceita esse destino, considerando-o o único possível para si, e passa a prostituir-se. Delfina, porém, não se sente confortável, apesar de manter uma postura altiva e orgulhosa perante a sociedade que a discrimina. Através do discurso indireto livre, o narrador dá voz a essa personagem:

Mergulha num murmúrio plangente e monologa com o seu destino. Vocês não sabem o que significa uma vida igual à minha. Um corpo sem segredos, que se pega, se paga, que se monta e de desmonta. Se o corpo da mulher se gastasse eu já não teria nada lá dentro, de tanto vender à procura de sustento. Que imbecil é esta gente. Deviam olhar para o próprio umbigo, mas olham para mim, como se eu tivesse alguma relação com a sua desgraça. A minha vida é fácil? Meu Deus, esta gente não sabe o que diz. Finjo, por orgulho, que sou feliz. É por orgulho que lanço ao mundo este olhar de rainha. Cada homem que me sobe é uma pá de terra que me cobre. Cada moeda que recebo é uma picada na alma, dói. Não se pode ser boa moça num mundo de injustiça. Numa luta desigual, vale mais a pena a rendição do que a resistência (CHIZIANE, 2008, p. 81).

Delfina submete-se ao trabalho que a mãe lhe destinou, mas, como é gananciosa, em dado momento, ignora o bacalhau e o vinho. Ela pretende ser e ter muito mais: uma casa como as das senhoras brancas, escravos negros para lhe servirem, um marido branco português e muitas roupas bonitas:

O coração de Delfina constrói cidades de neón. Com muita comida e muito vinho. No seu sonho é senhora e habita uma cidade de pedra. Com vestidos de renda. Criados tão pretos como ela que tratará como escravos. Um marido branco e filhas mulatas a quem irá pentear os cabelos lisos e amarrar com fitinhas de seda. Terá a grandeza das sinhás e das donas, apesar de ser negra, ela sente. Receberá favores do Regime. *As mulheres negras que casam com brancos sobem na vida* (CHIZIANE, p. 77-78. Grifo nosso).

Seja dito de passagem, esse desejo de casar com um homem branco não só é alimentado pela própria Delfina, mas lhe fora incutido pela sua mãe Serafina desde que aquela personagem era muito jovem. A mãe incentivava a filha a ter uma vida diferente através do

único meio de que dispunha: o seu corpo. Serafina não queria que a filha passasse pelo mesmo que muitas mães africanas passaram: ter que separar-se dos seus filhos e vê-los caminhando para um destino devastador, a escravidão (legítima ou não, porque em dado momento ela passa a não ser mais amparada por lei, mas nas práticas isso não se configura: o negro continua a ser explorado de diversas formas).

As razões de Serafina, ao incentivar a filha na busca por um homem branco, estão mais relacionadas ao futuro de seus netos do que ao desejo de bens materiais: “Oh, Delfina, já chorei muitas lágrimas nesta vida. Vamos, arranja um branco e faz filhos mestiços. Eles nunca são presos nem maltratados, são livres, andam à solta [...]. Felizes as mulheres que geram filhos de peles claras porque jamais serão deportados” (CHIZIANE, 2008, p.97).

Delfina, porém, é assolada por aquilo que considera um mal: o amor. A personagem apaixona-se por José dos Montes, um negro condenado³, que não tinha perspectiva nenhuma de vida naquele contexto colonial. Delfina casa-se com José dos Montes, ainda que a mãe dela não tenha concordado. Ela estimula o marido a tornar-se um assimilado⁴, acreditando que, passando à condição de cidadãos de segunda classe, suas vidas melhorariam. Isto é, melhorando José dos Montes de vida, Delfina também se sentiria mais importante, mais digna. O que seria um exemplo da força da dominação masculina. A mulher precisa que seu homem ocupe espaço importante. Sua dignidade se mede pela dele.

Bourdieu parte do pressuposto de que, nas sociedades androcêntricas, a mulher tem de estar “superada” visivelmente pelo homem a quem ela se uniu. Essa “superação” começa pela aparência física do homem, a escolha geralmente vai depender dos critérios de estatura e idade. Essa expectativa de superação vai, é claro, desde a aparência até a posição social que o homem vai ocupar:

Isto, evidentemente sem o menor cálculo, através da arbitrariedade aparente de uma tendência que não se discute nem se argumenta, mas que, como o comprova a observação dessas distâncias não só desejadas como também reais, apenas pode nascer e realizar-se na experiência de uma superioridade, cujos signos mais indiscutíveis e mais reconhecidos por todos são a idade e o tamanho (justificados como índice de maturidade e garantias de segurança) (BOURDIEU, 2017, p.58).

Em determinado momento da narrativa, Delfina trai o seu então marido José dos Montes, pois encontra o tal homem branco e passa a amá-lo. Ou, aliás, ama o destino que terá ao lado dele. Situação que Bourdieu classifica como *amor fati*: “[...] contrariamente à representação romântica, a inclinação amorosa não está isenta de uma forma de racionalidade que é muitas vezes, de certo modo, *amor fati*, amor ao destino social” (2017, p.59). Em muitas sociedades, o casamento ainda continua sendo o meio de se conseguir alcançar uma posição social. Nesse sentido, a sociedade Cabila, objeto de estudo do teórico em questão, serve como microcosmo de Moçambique, quicá do mundo.

Em consonância com esse pensamento de Bourdieu há a teoria de Simone de Beauvoir. No livro intitulado *O segundo sexo* (2016), no capítulo “A mulher casada”, a autora discorre sobre essa instituição, apontando suas mudanças ao longo do tempo e ressaltando, principalmente, a forma como o casamento contribui para a manutenção da subalternidade feminina. O que vai ao encontro do que Bourdieu afirma, quando postula que as instituições estatais e jurídicas contribuem para a eternização da subordinação da mulher e que, portanto, o Estado, a Igreja e a Escola asseguram a manutenção da dominação masculina. O casamento, então, ligado às duas primeiras, tem papel importante nesse sentido.

É válido ressaltar que Beauvoir constrói a sua teoria baseada nas sociedades ocidentais. Apesar disso, podemos recorrer a tais pressupostos para traçar as presentes reflexões. Sempre lembrando, é claro, que a mulher negra africana está em condição mais obscura. Esta necessita, no momento da colonização, de algum meio de ascender socialmente,

precisa transitar entre os espaços sendo vista como alguém além da dupla subalternidade a que é relegada. O destino de muitas é a prostituição ou o trabalho na casa dos brancos, onde são violadas. Isso justifica a iniciativa de Delfina de procurar um marido branco. Naquele contexto, um homem negro não poderia lhe proporcionar tudo o que ela queria, fato que ela confirmou no período em que viveu ao lado do negro José dos Montes.

Segundo Beauvoir, no casamento, o corpo da mulher é sempre moeda de troca. Pressupõe-se que o homem seja o provedor, que dê conforto à sua esposa enquanto ela tem a obrigação de satisfazê-lo sexualmente. Nesse sentido, não há tanta diferença entre o ofício de Delfina antes do casamento e a sua vida de mulher casada, tanto com o negro José dos Montes quanto com o branco Soares. Chiziane denuncia na literatura o que Beauvoir observa na sociedade:

Para o homem, a lua-de-mel é a tomada de posse de um corpo já conhecido como legítimo proprietário. Os beijos e abraços anteriores eram crédito, dívidas, empréstimo. Para as mulheres é a inauguração do estatuto de serva. Agora traz-me o café, agora a sopa, agora engoma a minha roupa. E ela sobe, amorosamente, ao seu trono de servidão, rainha de espinhos (CHIZIANE, 2008, p.111).

O corpo da mulher é um objeto que se compra; para ela, representa um capital que ela é autorizada a explorar. Por vezes ela traz um dote ao esposo, muitas vezes compromete-se a fornecer algum trabalho doméstico: cuidará da casa, educará os filhos. Em todo caso tem o direito de ser sustentada e a própria moral tradicional a exorta a isso. É natural que seja tentada por essa facilidade, ainda mais porque os trabalhos femininos são muitas vezes ingratos e mal remunerados, o casamento é uma carreira mais vantajosa do que muitas outras (BEAUVOIR, 2016, p. 190 - 191).

Ainda sobre o casamento como objetivo de vida, Bourdieu discorre sobre a necessidade que a mulher tem de unir-se a um homem para se sentir justificada:

Se as mulheres se mostram particularmente inclinadas ao amor romântico ou romanesco, é, sem dúvida, por um lado, porque elas têm nele particular interesse: além do fato de prometer liberá-las da dominação masculina, ele lhes oferece, tanto em sua forma mais comum como o casamento, pelo qual, nas sociedades masculinas, elas circulam em todos os lugares, como em suas formas extraordinárias, uma via, às vezes a única, de ascensão social (BOURDIEU, 2017, p. 96).

Beauvoir afirma que o casamento sempre se apresentou de maneira muito distinta para o homem e para a mulher. Para a autora, o homem é um ser autônomo e completo socialmente, “sua existência justifica-se pelo trabalho que fornece à coletividade” (BEAUVOIR, 2016, p. 186), situação bem oposta daquela a que está condicionada a mulher.

Não seria demais dizer que, nessas sociedades coloniais, a união ao homem branco era mesmo, para a mulher negra, das únicas vias de se ascender socialmente. Esta não chega a ocupar a posição social do homem, o que é óbvio, pois até mesmo a mulher branca sofre a violência simbólica e também a não simbólica, como fica explícito tanto nas teorias de Bourdieu e de Beauvoir quanto na ficção de Chiziane. Nesse caso, ao manter uma ligação com o homem branco, a mulher negra sobe a uma condição de subalternidade menos pior do que a anterior.

As personagens de Chiziane têm consciência dessa subalternidade. Para fundamentar esse apontamento, vale recorrer à postulação de Spivak em *Pode o subalterno falar?* (2010). O termo subalterno, segundo a autora indiana, designa “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, de representação política e

legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.14).

A partir da consciência de sua subalternidade, Delfina busca estratégias para melhorar de vida. A personagem decide abandonar, a seu modo, o local de obscuridade a que se refere Spivak. Essa postula que, se o discurso do sujeito subalterno é anulado por questão de classe, em relação à mulher essa inferioridade é acentuada dada a sua posição de gênero.

A autora ainda enfatiza que no evento de colonização a situação é ainda mais difícil para a mulher: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2010, p. 85). A mulher negra, colonizada, sofre, portanto, o que podemos chamar de dupla dominação.

Identidades do *entre-lugar*

A construção destas três personagens, Serafina, Delfina e Maria das Dores, indica a complexidade das relações de poder e rompe a noção maniqueísta que durante muito tempo esteve presente na literatura que abordava a temática colonial. Chiziane não inaugura esse elemento, outros autores já o fizeram. Todavia, é interessante notar que na obra em questão não só não há branco mau e negro bom ou vice-versa, mas há a ruptura do maniqueísmo, principalmente, no universo feminino: não há mulher boa em oposição à mulher má. Há, em vez disso, intersecções e identidades multifacetadas. Mulheres com comportamentos ambíguos, contraditórios. “A história mostra-nos que não basta ser mulher para ser justa. A questão é muito mais profunda” (CHIZIANE, 2013, p.200), afirma Chiziane no ensaio supracitado. E é essa profundidade que a autora parece querer alcançar na narrativa em questão.

Homi Bhabha, em *O local da cultura* (1998), traz à tona questionamentos acerca da identidade nos tempos atuais. Uma das características fundamentais destes tempos é a não-fixidez, algo que podemos chamar de diluição das fronteiras. Nada é tão estático. Tal aspecto será analisado por sociólogos, antropólogos, entre outros intelectuais que se interessem pelo homem. Cada um deles fará o apontamento de possíveis fatos que tenham motivado o descentramento do sujeito. Bhabha também tem a sua hipótese e parte principalmente de contextos coloniais para analisar o elemento novo, aquele que surge na fronteira de negociação entre culturas, posição que ele vai chamar de *entre-lugar*.

O afastamento das singularidades de “classe” ou “gênero” como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais (BHABHA, 1998, p.19).

O termo fronteira não é utilizado por Bhabha com uma conotação de separação, mas, ao contrário, como um lugar de possibilidade de contato. O *entre-lugar* seria o espaço onde se encontram as pertencas. Isto é, não é mais a categoria de classe, por exemplo, que vai ditar a identidade de um sujeito, mas os traços culturais somados às suas pertencas. Não é a posição de raça e de gênero que fará de Delfina uma pobre mulher. Aliás, não são esses aspectos isolados que definirão a sua vida e os seus comportamentos.

Através das personagens de Chiziane evidencia-se esse aspecto de comportamentos ambíguos, complexos, muitos deles não categorizáveis, por conta dessa múltipla pertença das

mulheres, advinda do contato com a cultura do colonizador. Por outro lado, se verifica no comportamento delas a reprodução de violências e a naturalização do mal. Delfina é conivente em relação ao estupro de sua filha, Maria das Dores, ao vender a sua virgindade, do mesmo modo com que sua mãe, Serafina, a trocou por migalhas de vinho e bacalhau: “Na sua terra, mulher é peça que se compra e se vende. Selo de contrato. Moeda de troca. Hipoteca. Multa. Sobrevivência. Ela também foi usada pela própria mãe, na infância distante. Entregue aos brancos das lojas a troco de comida.” (CHIZIANE, 2008, p. 243). A primeira a não reproduzir tais violências será Maria das Dores, filha de Delfina e neta de Serafina.

É interessante observar o nome das personagens. As estruturas das palavras Serafina e Delfina têm o mesmo radical e, curiosamente, as personagens têm atitudes muito semelhantes. Enquanto Maria das Dores carrega no nome um tom sacrificial, cuja pertinência se revelará desde a sua infância, em que a menina era tratada como a serviçal da casa, por ser a mais velha e também a filha com a pele mais escura, até o momento em que sua mãe entrega a sua virgindade ao curandeiro Simba.

A propósito, essa é uma cena das mais emblemáticas do romance. Isso porque Delfina sempre foi uma mulher que atribuía valores muito positivos a tudo que vinha da cultura do colonizador. Não à toa, incentivou o seu marido José dos Montes a se submeter à assimilação. Como citado anteriormente, ela também desejou e alcançou, afinal, um concubinato com um branco português e aderiu aos costumes da cultura ocidental.

Entretanto, quando esse branco português, Soares, a abandona e decide reencontrar a sua esposa portuguesa, Delfina recorre à tradição. Ela procura o curandeiro Simba e pede que, através de um feitiço, traga o seu português de volta. A personagem se encontra dividida entre os valores da modernidade ocidental e os costumes das sociedades tradicionais africanas. Nesse momento busca estratégias de negociação onde se encontra. Segundo Bhabha,

Esses “entre-lugares” fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. É na emergência dos interstícios – a sobreposição de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação (nationness), o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (1998, p.19-20).

Na primeira cena do romance, Maria das Dores banha-se no rio e a sua nudez escandaliza as mulheres que vão à margem, atraídas pela peculiaridade do gesto. Esse corpo é comparado à terra, ao que possui de mais sagrado e também é indicador de mau presságio por se tratar de uma nudez à luz do dia, em público. O profano está no que o corpo simboliza de sexual. Essa ambivalência faz com que as mulheres se sintam ameaçadas, a ponto de irem à casa do régulo⁵, em busca de respostas. Contudo, ele não está em casa nesse momento e quem fará o papel de conselheira das mulheres é a velha esposa dele.

Essa primeira cena já indica um dos principais aspectos da obra: é conduzida por mãos femininas, quer na própria urdidura do texto, já que se trata de uma autora, quer nas ações do enredo – cujas gerações familiares têm como protagonistas mulheres –, quer no papel de progenitora de uma geração que se pretende *descolonial*. É na mulher que reside a esperança, mas é também no poder gerador e maternal desse corpo que se encontrará toda a dor.

Após ser procurada pelas mulheres, a velha esposa do régulo acalma-as contando-lhes uma história sobre a origem do mundo, fazendo com que elas reflitam sobre a sua própria origem. Em outros momentos também, o narrador introduz mitos moçambicanos a respeito da origem do mundo, todos eles envolvendo opressores e oprimidos e as relações de poder, o que “leva o leitor a confrontar-se com algumas (...) questões de origem matricial africanas, as perversas relações entre dominados e dominadores” (NGOMANE, 2008, p. 340).

Nataniel Ngomane, estudioso de literatura moçambicana, ressalta essa questão em seu posfácio ao romance de Chiziane e afirma ainda que não se lembra de nenhum outro texto em que questões complexas como racismo e assimilação tenham sido abordadas da forma como o fez Chiziane, partindo da ótica autóctone. E, podemos acrescentar, Chiziane parte não da ótica do africano, como proporia a visão androcêntrica, mas parte da ótica da africana. Aqui, as tensões, expectativas e sabedorias femininas são não só levadas em conta, mas são centro gravitacional do enredo.

Conclusão

Pretendeu-se, neste artigo, suscitar reflexões acerca da dominação da mulher moçambicana e, relacionado a isso, refletir sobre algumas das possibilidades identitárias da mulher tendo como plano de fundo um dos campos mais férteis para o questionamento dos discursos oficiais: a literatura.

Paulina Chiziane representa a geração que deseja e busca se desprender das amarras coloniais. Tarefa um tanto quanto difícil, como vimos em Bourdieu quando diz que a violência simbólica é das mais profundas e difíceis de combater. O colonialismo ainda persiste, embora o regime colonial tenha sido encerrado nas nações que estiveram sob domínio português. Ou seja, o discurso e muitas práticas que se fizeram presentes durante o período colonial ainda estão vivos.

Chiziane retrata essa visão no seu quinto romance. Essa perspectiva demonstra que o pensamento de Bourdieu que norteou este artigo é comprovável: a violência no nível da linguagem, do conhecimento, do pensamento é extremamente forte. Como foi dito, a mulher está exposta a essa violência duas vezes. Segundo Bourdieu, “o princípio da visão dominante não é uma simples representação mental, uma fantasia (‘idéias na cabeça’), uma ideologia, e sim um sistema de estruturas duradouramente inscritas nas coisas e nos corpos” (BOURDIEU, 2017, p. 64).

A partir da narrativa estudada, pôde-se observar que, ainda que as mulheres moçambicanas tenham vivências diferentes, pertenças distintas e ocupem o *entre-lugar* das culturas, suas vidas estão igualmente condicionadas à subalternidade imposta pela visão androcêntrica.

Todavia, embora Chiziane parta de uma narrativa dolorosa, as páginas de *O alegre canto da perdiz* podem ser lidas como uma mensagem de esperança. A reunião alegórica da família, depois de tudo o que aconteceu, em uma espécie de conciliação das diferenças, é muito sugestiva. Ademais, Maria das Dores parece representar a última geração da dor de sua família, já que ela não reproduz com seus filhos as violências físicas e simbólicas a que um dia fora submetida.

THE DOUBLE SUBJUGATION OF MOZAMBICAN WOMAN IN *O ALEGRE CANTO DA PERDIZ* BY PAULINA CHIZIANE

ABSTRACT: Through the analysis of “O alegre canto da perdiz” (2008), by Paulina Chiziane, this study aims at promoting a discussion on some possible identity traits of the Mozambican women considering the male dominance. The diegetic world revolves around the family of three women: Serafina, Delfina and Maria das Dores. The novel is conducted by female hands in its writing, its plot and in the role of female progenitor of a generation that is intended to be decolonial.

Keywords: Mozambican literature. Colonialism. Female authorship.

¹ Androcentrismo: termo cunhado pelo sociólogo americano Lester F. Ward, em 1903, está ligado à noção de patriarcado. E, mais do que se referir ao privilégio dos homens, diz respeito à forma com a qual as experiências masculinas são consideradas como universais. Segundo Bourdieu, que se apropria desse conceito, “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (2017, p. 22).

² Aqui, fazemos uso do termo “alegoria” com a acepção clássica, de figura de linguagem, cuja expressão transmite um ou mais sentidos além do literal. Neste caso, a reunião da família de Maria das Dores ao fim do romance parece apontar para uma tentativa de conciliação da sociedade moçambicana com todos os traços do contato entre colonizador e colonizado.

³ Essa era uma condição a qual foram submetidos os autóctones por uma série de “critérios”, entre eles, desobediência, preguiça, força, etc. Nesse tempo não havia mais a escravidão como regime, então os colonos segregavam a população entre condenados e assimilados.

⁴ Assimilação cultural é o processo pelo qual pessoas adquirem características culturais de outros grupos sociais. Na colonização portuguesa, essa assimilação era imposta. As pessoas que se submetiam a ela eram consideradas cidadãs de segunda classe, ao passo que quem não o fizesse não era respeitado nem como cidadão.

⁵ “Régulo (...) foi a designação dada na historiografia e administração colonial portuguesa aos chefes tribais e outros potentados africanos e mais raramente da Ásia, nomeadamente de Timor. O título foi utilizado durante toda a história colonial portuguesa para designar figuras de autoridade, de qualquer natureza, entre os povos colonizados” (disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A9gulo>, acesso em 17 ago. 2017).

Referências

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myriam Ávila *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução Maria Helena Kühner. 4. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

CHIZIANE, Paulina. Eu, mulher... por uma nova visão do mundo. (p.199-205). *Abril – Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, v. 5, n. 10, abr. 2013. Disponível em: <http://www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/114>. Acesso em: 17 jan. 2019.

_____. *O alegre canto da perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008.

_____. *Balada de amor ao vento*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 2007.

KHAN, S. Pedir licença na terra que é nossa. A miséria da colonialidade em O alegre canto da perdiz. In: SECCO, Carmem Lucia Tindó Ribeiro; MIRANDA, Maria Geralda de. (orgs.) *Paulina Chiziane: vozes e rostos femininos de Moçambique*. Curitiba: Appris, 2013. p. 203-215.

NGOMANE, N. Posfácio. In: CHIZIANE, P. *O alegre canto da perdiz*. Lisboa: Caminho, 2008. p. 339-342.

Data de submissão: 17/05/2019.

Data de aceite: 29/08/2019.